

MÍDIA E POLÍTICAS CULTURAIS

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M573

Mídia e políticas culturais / organização Cristina Schmidt, Heloisa Valente, Rosália Maria Prados. - 1. ed. - São Paulo : Ícone, 2015.

224 p. : il. ; 24 cm. (Análisis ; 1)

ISBN 978-85-274-1279-7

1. Cultura. 2. Brasil - Política cultural. I. Schmidt, Cristina. II. Valente, Heloisa. III. Prados, Rosália Maria. IV. Série.

15-19010

CDD: 363.69

CDU: 351.853

07/01/2015 07/01/2015

Cristina Schmidt
Heloisa A. Duarte Valente
Rosália Maria Prados

Organização do vol. 1

MÍDIA E POLÍTICAS CULTURAIS

Vol.1 – Série ANÁLISIS

1ª edição

Brasil – 2015

 **icone**
editora

© Copyright 2015

Ícone Editora Ltda.

Conselho Editorial

- Ana Machado Goyano Mackay (USP)
- Antonio Hohlfeldt (Famecos PUC-RS)
- Esmeralda Vilhegas (ALAIC - CO)
- Irenilda Lima (Coordenadora do Posmex – UFRPE)
- Maria Thereza Azevedo (Coordenadora do Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea – UFMT)
- José Marques de Melo (Diretor Cátedra Unesco-Umesp, USP)
- Luiz Humberto Marcos (Museu da Imprensa – Porto-PT)
- Luiz Roberto Alves PRGA (Umesp, USP, CNE)
- Luiz Silvério da Silva (Cátedra Cidades/Umesp)
- Maria Cristina Gobbi (PPGCom UNESP/BAURU)
- Maria Thereza Azevedo (PPG Cultura Contemporânea-UFMT)
- Sérgio Luiz Gadini (PosCom - UEPG)
- Valéria Ferreira dos Santos (PPG Políticas Públicas - UFMA)

Capa e diagramação

Suely Danelon

Revisão

Paulo R. Teixeira

Valéria Bressan

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, sem permissão expressa do editor (Lei n. 9.610/98).
Todos os direitos reservados à:

ÍCONE EDITORA LTDA.

Rua Javaés, 589 – Bom Retiro

CEP: 01130-010 – São Paulo/SP

Fone/Fax.: (11) 3392-7771

www.iconeeditora.com.br

iconevendas@iconeeditora.com.br

SUMÁRIO

SINOPSE DOS AUTORES	8
----------------------------	----------

PREFÁCIO	17
-----------------	-----------

Brasis, o desafio da integração. Políticas públicas na sociedade midiática

José Marques de Melo (Cátedra Unesco/Methodista)

APRESENTAÇÃO	22
---------------------	-----------

Organizadoras

I – TEMAS GERADORES	27
----------------------------	-----------

Por um conceito de política cultural, 28

Alexandre Barbalho (UFPB)

Políticas Públicas culturais: cidadania e participação social, 39

Gustavo Ambrosio (USP)

Políticas Públicas de Comunicação: Desafios brasileiros na era digital, 52

José Marques de Melo (Cátedra Unesco/Methodista – Intercom)

Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania, 65

Cicília Peruzzo (Umesp-Intercom)

Patrimônio cultural em Mogi das Cruzes:

O saber nos processos de folkcomunicação, 87

Cláudia Helena da Silva (Mestrado em Políticas Públicas – UMC)

Cristina Schmidt (Mestrado em Políticas Públicas – UMC – Cátedra Unesco/Metodista)

Atuação do Estado e a desoneração fiscal na produção cinematográfica brasileira, 102

Isabel Cristina Guimarães Aquino de Oliveira (Mestrado em Políticas Públicas-UMC)

II – TEMAS APLICADOS

120

Políticas públicas e cultura popular: o sagrado e o tecnológico no eixo da sustentabilidade, 121

Eliana Meneses de Melo e Luci Bonini (Mestrado em Políticas Públicas – UMC)

O discurso jornalístico: opinião, consumo e exercício da cidadania, 132

Rosália Maria Netto Prados (Mestrado em Políticas Públicas – UMC)

Novos negócios na economia criativa e o ciclo de vida das *startups*, 139

José Carlos Aronchi (Sebrae-SP)

Tecnologias Educacionais: inclusão e cidadania, 151

Maria Cristina Gobbi (Unesp – Universidade Estadual Paulista/Bauru)

Voto de protesto ou estratégia de marketing?, 165

Adolpho Queiroz e Mariana G.F. Mergulhão (Universidade Makenzie)

Comunicação Política: o diálogo entre o parlamentar de São Paulo, 181 e seus eleitores por meio das redes sociais da internet

Ivone Rocha (Senac/SP– Mestranda em Políticas Públicas/UMC)

As primeiras imagens de televisão captadas pelo olhar suburbano, 194

Antonio de Andrade (Cátedra Unesco/Metodista)

Revitalização da usina hidrelétrica de Itatinga: uma proposta de adaptação e novos usos do patrimônio cultural, 209

Nelson Antonio Portéro Junior (Arquiterura/UMC - Prefeitura de Bertioga)

Cristina Schmidt (UMC – Cátedra UNESCO/Metodista)

Bonecas Caiçaras geram renda e contam história, 223

Agnes de Sousa Arruda (Comunicação/UMC)

Canção d'Além-Mar: histórico de um projeto de pesquisa, 235

Heloísa de A. Duarte Valente (Mestrado em Políticas Públicas/UMC – Musimid/USP)

PREFÁCIO

Brasis, o desafio da integração. Políticas públicas na sociedade midiática.

José Marques de Melo

Introdução

A sociedade midiática caracteriza-se pela prevalência das indústrias criativas e de conteúdo no conjunto das atividades de produção e circulação dos bens simbólicos que configuram e dão sentido à sua identidade cultural. O principal indicador do desenvolvimento da indústria midiática é sem dúvida o fluxo dos investimentos em publicidade. Quanto maior for a capacidade dos anunciantes para comprar espaço nos jornais, rádio, televisão ou internet, mais recursos terão os empresários do ramo para manter seus veículos, gerar empregos para jornalistas e outros profissionais e naturalmente melhorar os produtos que difundem.

A distribuição do bolo publicitário é feita de modo paradoxal, segundo os diferentes meios existentes no território brasileiro. Enquanto a indústria audiovisual (televisão, rádio) concentra dois terços dos recursos, a mídia impressa (jornal, revista) absorve um quinto, restando quantia inexpressiva para os veículos emergentes (internet, outdoor) e migalhas para os bolsões marginais (folk mídia). A top list dos investidores publicitários é composta por **15** empresas que aplicam verba unitária superior a US\$ **200** milhões/ano, e estão aí as corporações empresariais que atuam no mercado financeiro, varejista, automobilístico ou telefônico, bem como as poderosas empresas estatais.

Geografia Comunicacional

O desafio da interação entre os dois sistemas confere singularidade à geografia comunicacional brasileira. A natureza continental e a topografia acidentada do espaço brasileiro inibiram, durante vários séculos, a interiorização dos fluxos comunicacionais. Foi inevitável a constituição de culturas

regionais, unificadas pelo mesmo código linguístico, mas diferenciadas pelos usos e costumes locais.

Abandonados à própria sorte, por uma libertação tardia ocorrida no final do século XIX, os remanescentes da escravidão agravaram o êxodo rural, engrossando as comunidades marginais que deram origem às favelas hoje espalhadas pelos cinturões metropolitanos. Nesses guetos, eles se comunicam de forma rudimentar. Valendo-se de expressões folkcomunicações, enraizadas nas tradições étnicas, vão se adaptando às cidades. E defrontam-se empaticamente com as expressões culturais geradas pelos fluxos massivos (cinema, disco, rádio, televisão) resultantes das descendências culturais europeias.

Esses dois Brasis confrontam-se e interagem continuamente, e o fosso entre as duas correntes reduziu-se muito lentamente, durante o século XX, traduzindo a vacilação das nossas elites no sentido de eliminar as desigualdades sociais. A integração ou ao menos o diálogo entre esses dois sistemas constitui o maior desafio das vanguardas nacionais.

Geografia Cultural

O espaço geográfico brasileiro, por sua natureza continental e sua geografia descontínua e acidentada, inibiu durante vários séculos a interiorização dos fluxos comunicacionais. Inicialmente privilegiavam a via marítima, principalmente em direção à Corte Portuguesa, mantendo incomunicadas as comunidades nacionais. E ainda, indispensável mencionar, o obscurantismo cultural praticado pela Coroa Portuguesa durante todo o período colonial que manteve preservada até as vésperas da independência nacional, no início do século XIX, a ausência de escolas, universidade, imprensa, bibliotecas, correio e outros aparatos culturais.

Mesmo com essa realidade, foi inevitável a germinação de padrões culturais diferenciados, de região para região, amalgamados tão somente pelo código linguístico imposto pelo colonizador, mas diferenciados pelos usos e costumes locais.

Esse “arquipélago cultural” permaneceu praticamente imutável até o século XX, quando foram otimizadas as comunicações por via fluvial ou construídas as rodovias e as ferrovias e desenvolvidas as aerovias, removendo as barreiras que obstaculizavam a circulação de mercadorias ou de bens simbólicos.

Por um conceito de política cultural

Alexandre Barbalho (UFPB)

1. Introdução

Desde o período imediatamente posterior ao pós-guerra, a cultura vem recebendo atenção cada vez maior por parte do Estado. Sintomática, partindo de um fórum aglutinador de estados nacionais, é a promoção da Unesco em 1970, em Veneza, Itália, da “Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros da Política Cultural”. A Conferência foi precedida por um estudo preliminar e mais genérico sobre política cultural publicado em 1969: *Cultural policy: A preliminary study*. Este livro tornou-se o primeiro da coleção *Studies and documents on cultural policies*, que publicou, ao longo da década de 1970, relatórios sobre a situação da política cultural dos países-membros em todos os continentes¹.

No Brasil, a Unesco e o MEC organizaram em 1976 “um encontro destinado a focalizar relevantes problemas da cultura” (SILVA, 1977, p. VIII). Os títulos de alguns dos textos resultantes do encontro elucidam o papel estratégico da cultura no “desenvolvimento” das nações: “Entre a modernização e a alienação: reflexões culturais latino-americanas” e “A estratégia cultural do Governo e a operacionalidade da Política Nacional de Cultura”.

A preocupação da Unesco com a questão da política cultural em sua relação com o desenvolvimento atravessa os anos e chega aos nossos tempos com a promoção por parte da instituição da “Década mundial do desenvolvimento cultural (1988-1997)”.

1 A este respeito ver Girard (1972).

Em 1992, juntamente com as Nações Unidas, a Unesco criou a “Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento”. No relatório final de trabalho, a Comissão propôs, a partir do diagnóstico elaborado, uma série de formulações que procuravam dar conta das transformações pelas quais a cultura passou ao longo do século, em especial, o papel central ocupado pelas indústrias culturais e pela mídia, papel intimamente relacionado com o seu atual momento de globalização ou mundialização². O relatório foi fundamental para que, em 1998, a entidade organizasse, em Estocolmo, a “Conferência Mundial de Políticas Culturais”.

2. Desconstruindo e reconstruindo conceitos

Se, como vimos acima, as políticas culturais vêm recebendo atenção e sendo alvo de investimentos por parte de instituições e organismos públicos e privados, elas também tornam-se cada vez mais objeto de reflexões acadêmicas em uma perspectiva inter e transdisciplinar: história, sociologia, comunicação, antropologia, administração, ciência política etc.

No entanto, apesar da extensa bibliografia a respeito do tema, raros são os trabalhos que definem o que seja “política cultural”. No geral, as abordagens sobre o assunto trabalham com alguma ideia subentendida, pressuposta, mas nunca sistematizada ou explícita ao leitor. Faz-se necessário, portanto, elaborar uma definição afinada com a prática e com a pesquisa no que diz respeito às políticas de cultura em curso nos dias de hoje.

Vamos tomar como ponto de partida nesse desafio conceitual o que nos diz o verbete do Dicionário crítico de política cultural organizado por Teixeira Coelho – esforço único feito no Brasil de elaboração de um amplo quadro conceitual da área:

Constituindo (...) uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável (COELHO, 1997, p. 293).

2 A este respeito ver CUÉLLAR (1997).

A primeira dificuldade com esta definição é a de propor a política cultural como “ciência”. Será que seu objeto é tão singular que requer a elaboração de uma nova área científica? Creio que não. Primeiro, a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura, e estas intervenções não são “científicas”, na medida em que política e cultura não são sinônimos nem se confundem com ciência.

Segundo, os significados e as lógicas sociais que guiam, ou pretendem guiar uma determinada política cultural, podem sim e devem ser objeto de pesquisas e reflexões científicas segundo o local de onde se observa (um olhar histórico, ou antropológico, ou sociológico...). Ou na confluência de áreas que, diga-se de passagem, é o olhar privilegiado, para não dizer mais adequado, para esse tipo de estudo, já que o objeto transcende as delimitações acadêmicas tradicionais. Mas, acima de tudo, tal objeto não está inserido em um saber específico, uma ciência exclusiva denominada “política cultural”.

Outras questões se referem à ideia de que a política cultural relaciona-se à “organização das estruturas culturais”. Ao falar em “organização”, esta proposição parece identificar política com gestão cultural, quando, na realidade, a primeira trata (ou deveria tratar) dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação e a segunda de organizar e gerir os meios disponíveis para execução destes princípios e fins. A gestão, portanto, está inserida na política cultural, faz parte de seu processo.

Para usar outros termos, poderíamos dizer que a política cultural é o pensamento da estratégia e a gestão cuida de sua execução, apesar desta gestão também ser pensada pela política. Recorrendo a Michel de Certeau, a política cultural lida com o “campo de possibilidades estratégicas”; ela especifica objetivos “mediante a análise das situações” e insere “alguns lugares cujos critérios sejam definíveis, onde intervenções possam efetivamente corrigir ou modificar o processo em curso” (CERTEAU, 1995, p. 193). Por sua vez, as decisões indicadas por uma estratégia de política cultural colocam em ação determinada organização de poderes que só se manifesta por meio de uma análise política.

Voltando à definição de Teixeira Coelho. Nela, o termo “estrutura” parece situar a política cultural em um âmbito objetivista da cultura, ou melhor, da cultura organizada ou estruturada. Entendido assim, o conceito não contemplaria o fluxo dos símbolos significantes ou dos sistemas de significações que não se materializassem em programas de iniciativas ou intervenções no campo cultural.

Em outras palavras, não daria conta dos trânsitos de propostas, conceitos, representações e imaginários que cruzam o campo cultural³ e que muitas vezes não se concretizam em ações práticas. E algumas destas linhas de força são convergentes, outras divergentes; algumas atuam por consenso, outras em constante conflito; umas formam alianças entre si para concorrerem com suas oponentes.

Aqui, cabe a observação de Jim McGuigan de que o sentido da política cultural não pode se limitar a uma simples tarefa administrativa, pois ele envolve “conflito de ideias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (MCGUIGAN, 1996, p. 01)⁴.

Feitas estas ressalvas, podemos retirar da definição proposta por Coelho (1997), a indicação de que a política cultural é um “programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”. Lembrando que, a partir das considerações acima, tais “necessidades da população” não estão pré-fixadas, nem são neutras, mas resultam da compreensão e do significado que os agentes atuantes nos campos político e cultural têm dessas necessidades e dos interesses envolvidos.

Assim, ganha outra dimensão a afirmação de Coelho de que um programa de intervenções se apresenta “como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”. Ou seja, os programas de intervenções e os conjuntos de iniciativas não se dão de forma consensual, mas resultam de uma relação de forças culturais e políticas.

3 Campo entendido aqui no sentido atribuído por Pierre Bourdieu (1989, 1992), ou seja, como espaço relativamente autônomo de relações objetivas no qual estão em jogo crenças, capitais, poderes e investimentos específicos a cada campo.

4 No original: “clash of ideas institutional struggles and power relations in the production and circulation of symbolic meanings”. Os trabalhos de Barbalho (2003), Feijó (2001) e Rubim (1995), por exemplo, ao estudarem a política cultural da esquerda brasileira na primeira metade do século XX, privilegiam os conflitos de ideias e as disputas de poder mais do que as efetivas intervenções das instituições políticas no setor.